

PENSANDO A COVID19 E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

THINKING ABOUT COVID19 AND ITS IMPACTS ON BRAZILIAN EDUCATION

Simone Eliza do Carmo Lessa

Universidade Do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
elizasimone@gmail.com | orcid.org/0000-0002-0315-2726

Flávia Neri Rodrigues Pereira

Universidade Do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
fneripereira24@gmail.com | orcid.org/0000-0003-1441-002X

Thamires Pereira dos Santos

Universidade Do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
thamires.pereira.santos1993@gmail.com | orcid.org/0000-0003-0169-4780

Resumo

Apresentamos reflexão sobre os impactos da pandemia na política educacional e nas atividades formativas, no contexto do isolamento social. Neste percurso de estudo, problematizamos a política de educação, condições para educar e de trabalho docente, além da vida dos estudantes. Para tanto, acompanhamos notícias sobre o tema nos grandes veículos de informação, revisamos bibliografias do campo das Ciências Sociais e Humanas sobre a COVID19, bem como dialogamos com autores do campo educacional brasileiro, tais como Leher, Frigotto, Lamosa e Farage. Nossa hipótese é de que questões graves que marcavam a educação brasileira foram aprofundadas, bem como novos problemas estão sendo identificados. Ao final do artigo, trazemos proposições e novas indagações diante de um terreno de muitas incertezas educacionais, sanitárias e de má gestão da coisa pública.

Palavras-chave: Educação; Pandemia; Pobreza.

THINKING ABOUT THE COVID19 AND ITS IMPACTS ON BRAZIL'S
EDUCATION

Abstract

We present reflection about the impacts of the pandemic on educational policies and on the application of formative activities in the context of social isolation. In this paper we analyze educational policy, working conditions of teachers and the student's life. We follow news on the topic through major news outlets, we reviewed bibliographies from the Social and Human Sciences about COVID19, as well as dialogued with authors from the Brazilian

A R T I G O

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição - Não comercial - Compartilhar igual 4.0 Internacional.



educational, such as Leher, Frigotto, Lamosa and Farage. Our hypothesis is that serious issues that marked Brazilian education have been deepened, as well as new problems are being identified. At the end of the article, we bring propositions and new inquiries in the face of a terrain of many educational and health uncertainties and mismanagement of public policy.

Keywords: Education; Pandemic; Poverty.

PENSANDO EN COVID19 Y SUS IMPACTOS EN LA EDUCACIÓN BRASILEÑA

Resumen

Presentamos una reflexión sobre los impactos de la pandemia en la política educativa y las actividades de formación, en el contexto del aislamiento social. En este curso de estudio, problematizamos la política educativa, las condiciones para educar y el trabajo docente, además de la vida de los estudiantes. Para el, acompañamos noticias sobre el tema en los principales medios de información, revisamos bibliografías del campo de las Ciencias Sociales y Humanas sobre la COVID19, además de dialogar con autores del campo educativo brasileño, como Leher, Frigotto, Lamosa y Farage. Nuestra hipótesis es que se han profundizado cuestiones graves que marcaron la educación brasileña, así como se están identificando nuevos problemas. Al final del artículo, traemos proposiciones y nuevas indagaciones ante un terreno de muchas incertidumbres educativas, sanitarias y de mala gestión de los asuntos públicos.

Palabras clave: Educación, Pandemia, Pobreza

Introdução

A crise sanitária deflagrada nacional e internacionalmente com a disseminação da COVID-19 potencializa uma série de problemas de ordem estrutural do capitalismo contemporâneo, atingindo a política, a economia e a cultura, o que ganha tons ainda mais adoecidos e sofridos em uma sociedade periférica e desigual como a nossa, que desprotege a força de trabalho, concentra renda, poder e degrada à natureza em busca de superlucros, como discorreremos ao longo do texto. Decerto, o desemprego em massa, o empobrecimento, a falta de investimentos em políticas sociais não são decorrentes da pandemia e a antecedem, sendo resultado de um modelo econômico ultraneoliberal que já nos arruinava. Esse vírus letal contamina e produz óbitos em números expressivos (1% da população brasileira já foi infectada, segundo a OPAS Brasil, 2020), atingindo a saúde humana de forma

sistêmica, agressiva e desconhecida, podendo levar a óbito, deixando sequelas por ora desconhecidas entre os contaminados.

Como todo adoecimento, também a COVID19 tem uma dimensão social e política. A doença não escolhe quem atinge, mas têm suas condições de mortalidade potencializadas, segundo as condições de vida de quem a contrai. Assim, tem levado a óbito segmentos populacionais economicamente mais frágeis: os mais pobres, pretos, residentes de periferias, desempregados e subempregados, que vivem condições habitacionais e de busca por renda, que não permitem isolamento social (FIOCRUZ, 2020), sem que governantes e elites ajam de maneira assertiva, frente à catástrofe das mortes, como temos visto todos os dias. Como nos diz Mbembe (2016) na necropolítica o soberano possui o direito de prover o viver ou o morrer. Tal afirmativa, se tratando de Brasil e de grupos que estão no poder – que diariamente minimizam o vírus e sua capacidade de contaminar, produzir óbitos e sequelas – nos parece bastante expressiva do real.

Não se pode negar que a COVID19 – primeira pandemia de um mundo que globalizou o comércio, o fluxo de capitais e a desigualdade – alterou, intensa e repentinamente, o nosso modo de viver e existir, na medida em que tem determinado a adoção do chamado isolamento social, medida eficaz, até o momento, para frear a circulação do vírus, em tempos de vacinação ainda escassa¹. No entanto, importante lembrar que a quarentena nesta sociedade desigual não é viável para profissionais da saúde, assistência social, da limpeza pública e do comércio de alimentos e remédios, por razões óbvias. Da mesma forma, também não é possível para os trabalhadores autônomos, informais, diaristas, pequenos agricultores, entregadores de aplicativo, desempregados e todos os que demandam de suporte financeiro para sobrevivência básica. Buscando dar respostas a esse quadro foi criado pelo governo federal o chamado auxílio emergencial, direito fundamental em curso, mas este

¹ Segundo o Consórcio de Imprensa, em 23/06/2021, 30,43% dos brasileiros receberam a primeira dose da vacina. Ao mesmo tempo, nesta semana, diversas prefeituras do país suspenderam a imunização por falta de vacina.

apresenta inúmeras fragilidades. Sua forma de acesso por via bancária e a morosidade em sua execução expõe quem lhe demanda à fome, aos muitos riscos da circulação e da aglomeração (até julho 2020, o DATAPREV registrou o pagamento do auxílio para 63,1 milhões de brasileiros, mas cerca de 60 milhões ficaram de fora). O pagamento do referido auxílio foi suspenso em dezembro de 2020, sendo retomado somente em abril de 2021, em valor reajustado para baixo, que varia de R\$150,00 a R\$375,00 (DATAPREV, 2021), deixando uma lacuna importante para os usuários do programa. De fato, faltou vontade política e expertise para realizar ações neste campo, agravando as condições de vida das populações mais pobres. Na educação – política que nos interessa abordar no presente texto – medidas urgentes de isolamento social foram adotadas sem planejamento, em função da emergência da situação. Assim, instituições de formação foram fechadas, adotando-se de estratégias inspiradas, mas não similares, ao modelo de Educação a Distância (EaD), as chamadas atividades remotas emergenciais. Este quadro tem sido complexo e de difícil execução, pois em um país extremamente desigual, docentes e estudantes se veem diante dos desafios (e muitas vezes, da impossibilidade) de uma interação que supõe o uso de tecnologia, nem sempre disponível e acessível. Seja a abertura de suas casas, a estruturação de novos materiais educacionais, a adaptação de currículos e a proposição de metodologia de aprendizagem, não presenciais, em condições de vida por vezes adversas, marcadas pelo isolamento, pelo medo do adoecimento e pela instabilidade econômica.

Nosso objetivo neste texto é analisar os impactos da pandemia na política educacional brasileira. Estamos motivadas por nossa condição de estudantes de graduação e de pós-graduação, de docente e assistente social com experiência no campo educacional. Também estamos sensibilizadas e motivadas por nossa condição de mulheres, estudantes, trabalhadoras em nossas múltiplas jornadas de trabalho, ampliadas pelo isolamento social. Por isso, consideramos importante pensar a realidade a partir destes patamares. Nossa hipótese é de que a pandemia e as atividades remotas produzirão lacunas educacionais de

monta, que precisarão ser enfrentadas com planejamento e cuidado, condutas nem sempre comuns na condução de políticas sociais em nosso país. Nossas referências estão fundamentadas no pensamento social crítico, que analisa a sociedade capitalista à luz de sua historicidade, lutas e contradições, em diálogo com reflexões renovadas pela urgência de pensar e fazer propostas à realidade que a pandemia nos trouxe. Portanto, queremos conhecer como tem se desenvolvido a aproximação COVID19 e a política de educação no mesmo instante em que as estas relações se desenvolvem, o que torna essa tarefa ainda mais complexa. Como metodologia, estamos levantando dados em artigos científicos, jornais e revistas de grande circulação, relativos a março e dezembro de 2020. Também dialogamos com estudiosos do campo da educação que estão discutindo este processo, tais como Leher, Farage, Frigotto, bem como do campo da sociologia como Antunes, Harvey e Zizek, todos estes em publicações de 2020, portanto, elaboradas em plena pandemia, revelando que também os campos das Ciências Sociais e Humanas muito elaboraram nestes tempos pandêmicos.

1. A pandemia como problema

Neste item vamos dialogar com autores do campo das Ciências Sociais e Humanas, que rapidamente responderam às demandas da realidade e elaboraram reflexões importantes sobre a pandemia em publicações e lives – forma ascendente de comunicação no isolamento social. O enfrentamento da pandemia e suas consequências são (e serão) problemas para os quais a sociedade precisará dar respostas. Por isso, entender esse fenômeno, em sua complexidade, é tarefa fundamental.

Começamos com que Antunes em seu livro “O Privilégio da Servidão” (2018), antes mesmo da pandemia, denunciava a ascensão de uma nova morfologia do trabalho, marcada pela uberização e pela pejetização, materializadas na desproteção social, em jornada extenuante, intermitente,

controlada por algoritmos e pela mistificação do empreendedorismo². O referido autor esclarece que a pandemia não causou a atual tragédia econômica e social, pois esta já vinha sendo gestada e manifestada na precarização das condições do trabalho, na subordinação da vida ao lucro, na degradação de direitos e da natureza. O que ocorre é que a pandemia desnuda e abrupta violentamente a crise. Não estamos todos no mesmo barco, como se quis propagar no início da pandemia. Os trabalhadores estão no bote furado, sem remo, no mar revolto e começam a perceber que o vírus quando atinge as periferias e as populações mais pobres, negras, indígenas, ali acontecem mais mortes. Antunes (2020) alerta para o papel decisivo das lutas sociais na denúncia deste processo. Para ele, a potencialidade de um futuro melhor, pós-pandemia, apesar dos horizontes turvos, reside nas lutas sociais.

David Harvey (2020), assim como Antunes (opcit), destaca que os níveis de desemprego que já eram alarmantes, tornam-se dramáticos nestes tempos pandêmicos. No Brasil, segundo a PNAD COVID19, em seus dados relativos a julho (2020), encontramos: 13,7% de taxa de desocupação. Dentre os trabalhadores ocupados, 30,1% tiveram seus rendimentos reduzidos. A previsão é de que esses números subirão para níveis comparáveis, relativamente, aos dos anos de 1930.

Esta classe trabalhadora cada vez mais desprotegida em termos trabalhistas e previdenciários não tem “escolha” e deve enfrentar o contato diário com o vírus, fazendo-o circular entre os seus. Outra massa de trabalhadores– os da saúde e dos cuidados – interage cotidianamente com a doença e tem se contaminado de forma importante. Este grupo é marcado por características de gênero e raça, dando aos trabalhadores da saúde infectados pela COVID um perfil bem específico: são mulheres pretas.

Ailton Krenak (2020) destaca que a pandemia coloca em xeque a capacidade civilizatória da nossa sociedade e que a COVID19 somente traz à tona o imenso desprezo do nosso modo de vida pela natureza. De fato, a nossa

² Em nossa percepção, que dialoga com Antunes (2018), nada mais é do que uma falácia romantizada para encobrir a inexistência de postos de trabalho com proteção social.

(aparente) desconexão com a vida natural, ignora a nossa dependência, fragilidade e pequenez nesta relação. Estamos na sociedade da obsolescência programada, onde descartar objetos e vidas é algo bastante cotidiano. No entanto, a COVID19 revela a nossa descartabilidade e fragilidade diante da natureza e da desproteção social. De fato, a força do vírus parece reforçar a insegurança humana, o despreparo e o desprezo dos governos por políticas públicas, pelos trabalhadores e pela necessidade de parar a circulação do vírus. Krenak (2020) ainda questiona o imenso vazio humano que busca ser preenchido pelo consumo de bens desnecessários, que digerem a natureza e que, rapidamente, viram lixo.

Também Harvey (2020), nesta mesma linha de raciocínio, questiona esse modelo fundado no consumismo degradante da Terra e das relações sociais, definindo-o como insano e responsável pela degradação ambiental que nos trouxe para bem perto o vírus letal. Outros, de alta letalidade, poderão vir, como nos alerta o médico e matemático da USP e da FGV, Eduardo Massad (MANIR, BBC Brasil, 2020).

Christian Dunker (2020), pensando a saúde mental, tema de grande relevância na atual conjuntura, destaca a importância das redes de apoio contra o sofrimento humano, mesmo as informais. O autor fazendo um diálogo da política com a psicanálise, reconhece o intenso sofrimento mental em curso na pandemia e no isolamento social (ou na falta do direito a este), nos trazendo a reflexão de que não poder sair de casa ou de ter que sair e correr riscos são experiências ansiogênicas, mas também podem ser um momento de criar soluções conjuntas. A visão de Dunker (2020) percebe potencialidades transformadoras e positivas deste momento³. Em direção a esta mesma reflexão Slavoj Zizek (2020) destaca que a pandemia põe luz nos vírus ideológicos do racismo, das notícias falsas, das teorias da conspiração

³ Dunker (2020) expõe que a pandemia introduziu a possibilidade de transformar o contexto socioeconômico em vigência, na medida em que trouxe à luz as duas falsas alternativas impostas pelo sistema capitalista à população, antes do COVID19: a biopolítica, que reforça o controle dos corpos (da população) e a necropolítica, que naturaliza a morte dos mais pobres. Além disso, o autor enxerga uma oportunidade de reinvenção do comunismo, como discurso e alternativa para substituir o modo de produção capitalista.

paranóicas. Zizek (2020) tem esperança na ascensão de melhor compreensão da realidade, que nos permita construir uma sociedade alternativa, com novas formas de solidariedade e cooperação global, fazendo crescer a confiança nas pessoas, na coletividade e na ciência.

Em relação ao debate educacional (a ser mais detalhado no item a seguir) Leher e Eblin em recentes reflexões⁴ em 2020, destacam os riscos do aprofundamento da precarização da educação, em função do modelo de formação remoto (chamado de emergencial). Na fala dos educadores não há qualquer condenação à tecnologia, que pode ser suporte para a aprendizagem, mas a coletividade, as trocas, as vivências presenciais são elementos fundamentais do processo educativo e não podem ser substituídas, se buscamos qualidade educacional. Para além disso, os autores verificam o fortalecimento de um mercado de plataformas e tecnologias educacionais que pode fazer pressão para a manutenção deste modelo, mesmo no pós-pandemia. A figura do professor influenciador digital, detentor de seguidores, ganha forma.

Os autores citados reforçam que a precarização da educação, do trabalho docente e das condições de aprendizagem dos discentes, sua permanência e evasão são temas fundamentais sobre os quais temos que nos debruçar, agora e depois do isolamento social. Tanto Farage (2020) quanto Leher (2020) destacam que proteger a vida e pesquisar sobre a COVID19, devem ser as metas educacionais no momento.

Frigotto (2020), por sua vez, em live sobre a educação na pandemia, destaca a importância do pensamento científico, em oposição ao individualismo e à suposta onisciência do mercado, que nos levaram a essa

⁴ Reflexões feitas em diferentes lives: organizada pelo ANDES, na live temática “As periferias e as políticas públicas diante da pandemia”, exibida no dia 14/04/2020, EblinFarage aborda os impactos da pandemia na política de educação observando as desigualdades vivenciadas nas periferias e seus impactos na vida dos trabalhadores, estudantes e famílias durante e pós pandemia. Nesta mesma direção, Roberto Leher, professor da Faculdade de Educação da UFRJ, na live de lançamento da Revista Colemarx da UFRJ “Por que os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas” realizada dia 30/04/2020, traz ponderações importantes a respeito do modelo de ensino remoto e suas consequências para a educação pública brasileira.

conjuntura. Ciência, criticidade, coletividade e educação são conceitos que nos devem ser caros.

Por fim, na leitura do Dossiê Temático sobre a COVID19, construído por diversos autores, na Revista Práxis Educativa (2020), encontramos importantes reflexões e debates sobre o isolamento social e seus impactos no currículo, no aprofundamento das desigualdades educacionais entre famílias e territórios, na educação de jovens e adultos e para pessoas com deficiência. Neste material destacamos o texto de Zordan e Almeida (2020), que discutem as dificuldades de acompanhamento escolar das crianças por suas famílias, questionando a perseguição de objetivos conteudistas, de currículos programados pré-pandemia e as preocupações com um futuro de escolhas profissionais e concursos vestibulares, que simplesmente, podem não chegar. Finalizamos este item em uníssono com os autores: a vida deve estar em primeiro lugar.

Apresentados os autores que nos ajudam a pensar a pandemia, vamos falar de metodologia. A construção deste texto, pensado “no calor” dos acontecimentos foi um desafio. No curso da pandemia de um vírus desconhecido e de impactos gravíssimos na saúde humana, quisemos pensar a educação brasileira, política fundamental. Nosso foco é a realidade social que está sempre em movimento e não pode ser isolada em laboratório, inserindo a Educação nesta dinâmica. Podemos fazer recortes no real, sem perder de vista seu conjunto e é isso que estamos realizando aqui: um corte temporal, em uma dada política social, um recorte de fontes (estamos dialogando com estudos recentes sobre a pandemia, com destaque para o isolamento social) e de dados educacionais relativos à oferta de atividades formativas.

Do ponto de vista da fundamentação, reafirmamos o que dissemos na introdução: entendemos que a teoria marxista nos dá suporte neste percurso de leitura e análise da realidade, por sua capacidade de estudo crítico da sociedade capitalista. Alguns poderão dizer que este método não tem a chave heurística de desvelar a realidade atual. No entanto, afirmamos que as bases desta sociedade tão bem analisadas pelo marxismo – fundada na exploração da força de trabalho e da natureza, na concentração de renda e poder nas mãos

dos detentores dos meios de produção, no empobrecimento e na desqualificação da massa trabalhadora, na expansão imperialista em busca de mais mercados e de bens para mais produzir, bem como fundada na luta de classes – permanecem as mesmas e determinam a nossa experiência de pandemia. Portanto, o marxismo permanece atualíssimo e fundamental no decifrar da nossa realidade, especialmente neste momento da pandemia, em que a luta de classes está acirrada. Para além da leitura do real, pensar à luz da teoria crítica, nos dá subsídios para fazermos proposições no sentido do enfrentamento das questões que nosso tempo nos coloca, entendendo que essa, como nos diz Mészáros (2005), é a função da educação.

2. Política Social e pandemia

Políticas sociais são instrumentos civilizatórios importantes no enfrentamento de crises e a pandemia se inscreve neste processo. Políticas Sociais são contradições em essência: comportam em si a luta de classes, reconhecem direitos e, contraditoriamente, apassivam tensões, podendo ampliar os lucros do capital. Tratando-se da formação social brasileira, a emergência de tais políticas revela particularidades históricas, trazendo em si as marcas de um país extremamente desigual, patrimonialista, racista, da periferia do capitalismo, onde a burguesia é antinacionalista e teme qualquer tipo de reparação histórica no sentido dos direitos sociais.

A pandemia nos trouxe a necessidade de debater e, oxalá, efetivar e melhorar políticas sociais diversas: saúde, educação e transferência de renda são nossos destaques. A força do SUS em todos os seus níveis de atenção e de seu programa de imunização foi evidenciada, sendo necessário que a grande mídia, por vezes, representante dos interesses privatistas desse sistema, se rendesse à necessidade de reconhecer sua importância. Por sua vez, os Programas de Transferência de Renda como o auxílio emergencial sobre o qual tratamos logo no início deste texto – que se apresenta limitado, de baixa redistributividade, efetivado via sistema bancário e não por meio da Assistência

Social e do SUAS – passou a ser defendido socialmente como estratégia de apoio ao isolamento social.

A política educacional – nosso objeto de estudo – é tema de destaque. Por aqui sua existência como base legal e sua concretização nas instituições educacionais públicas são experiências que se desenvolvem, de fato, no século XX, tendo como marcos legais de destaque, a Constituição Federal de 1988 e a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) de 1996 – ambas recentíssimas. Portanto, trata-se de uma política social tardia, valorizada em muitos discursos, mas concretamente pouco cuidada.

A experiência educacional hoje construída é marcada pela nossa história de longa escravidão e, por isso mesmo, pelo desprezo à formação da classe trabalhadora, pela desqualificação e desproteção do aprendizado das ocupações mais simples, pelo elitismo, pela meritocracia, pelo subfinanciamento, pela diferença na qualidade dos serviços prestados, segundo os territórios das cidades e níveis de redes. Não por acaso, ainda não universalizamos o Ensino Médio e a Educação Superior chega a poucos jovens (números serão apresentados no próximo item). Há muito a fazer, portanto, sua essencialidade é inegável.

Pensando na educação como experiência que se concretiza em processos de interação, ensino e aprendizagem, necessário é reconhecer que sua efetivação vai além do ambiente escolar, ou seja, supõe condições adequadas de vida. Portanto, pensar em educação é também refletir sobre a imensa desigualdade concretizada em difíceis condições de existência que marcam o mundo, especialmente a América Latina (CARDENAS, 2016). Por aqui, a concentração de renda é vexaminosa, o acesso a direitos fundamentais é frágil, descontínuo e limitado, permitindo que crianças e adolescentes pobres cresçam em condições de vida adversas, sem oportunidades e sem horizontes para rompimento dos ciclos de pobreza que enredam suas famílias.

Pobreza não é sinônimo de dificuldade na aprendizagem, mas os filhos da classe trabalhadora precisam lutar mais, para seguir aprendendo, como

nossa experiência profissional nos tem revelado⁵. Pensando nestes fatos, cabe a indagação: como vivem, se desenvolvem e aprendem as crianças e adolescentes neste Brasil continental e diverso, sem água, esgoto, nas palafitas, favelas, sem acesso à terra, em locais onde a violência é cotidiana? Como aprender onde a falta de alimento é uma realidade? Como conseguir permanecer na escola, se é preciso trabalhar desde muito cedo? Estamos falando, portanto, que aprender envolve a articulação de direitos sociais. Não bastasse a ausência desses direitos fundamentais, faltam prédios escolares adequados, refeitórios, banheiros, luz, bibliotecas, recursos tecnológicos, incentivo e respeito à carreira docente, estímulo à formação permanente dos mesmos e à pesquisa científica.

O aprendizado, processo complexo que envolve tempo, atenção, orientação, cuidados no campo da saúde e alimentação, fica comprometido, sendo a escola e professores, equivocadamente, culpabilizados por esta experiência que vai muito além dos bancos escolares. É preciso, portanto, refletir sobre as condições de vida das nossas crianças e jovens e seus frágeis direitos. Essa é uma tarefa fundamental para quem deseja pensar a educação e a aprendizagem como fenômeno amplo, vinculado às condições de vida, para além das escolas, durante e depois do controle da pandemia.

Para além da experiência pandêmica é preciso, por fim, lembrar que os direitos sociais (e não somente a educação) no Brasil vêm sendo drasticamente atacados. A ampliação do projeto ultraneoliberal⁶, que se desenvolve rapidamente desde o golpe de 2016, tem colocado sobre os ombros dos brasileiros, o peso do retrocesso. Tais medidas, definidas pela área econômica

⁵ Certamente existem muitos indivíduos que, a despeito de condições de vida tão adversas, conseguem ter percursos formativos positivos, aprender e caminhar com êxito na jornada estudantil, como nossa experiência profissional como assistente social atuando na escola revelou inúmeras vezes. No entanto, é preciso dizer que a falta de direitos sociais fundamentais pode repercutir negativamente neste processo. Em outras palavras, vida precarizada pode influenciar as condições de aprendizado.

⁶ Materializada, entre outros elementos, pela redução de investimento nos serviços públicos após a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 (a chamada PEC do fim do mundo ou da maldade) que congela por 20 anos os gastos públicos, acelera a desproteção social, precariza políticas e as condições de vida da força de trabalho. Na política de educação, o cenário não é diferente. Segundo dados divulgados pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE), a perda de recursos em 2019 foi de 32,6 bilhões.

conservadora como “necessárias para o país não quebrar”, na realidade, reforçam e aprofundam o projeto societário já existente: antinacional, desigual, explorador, antidemocrático. Avançamos a passos largos rumo à perda de direitos duramente conquistados.

A experiência da pandemia⁷ vem aprofundar esse quadro. Apesar disso, e contraditoriamente, a crise em que nos encontramos revela a centralidade da proteção social. Como nos dizem Zizek e Harvey, ambos em publicações de 2020, tudo dependerá da capacidade coletiva de resistir e de construir alternativas ao formato de sociedade desigual, consumista e ultraneoliberal, predatória da natureza e da vida humana que nos levou ao momento em que estamos.

2.1. Educação em uma realidade pandêmica

A pandemia tem propiciado o aprofundamento de múltiplas expressões da questão social⁸, como por exemplo, o desemprego, o desalento, o adoecimento físico e mental, a morte por precárias condições de vida, o luto, além da fome. A desigualdade que sempre existiu na sociedade capitalista, especialmente, em suas periferias, tem sido potencializada e se mostra de maneira escancarada. Tudo isso impactará na educação, que como já dissemos, não acontece somente entre os muros das instituições de formação.

⁷ Vale lembrar que a expansão de doenças contagiosas não são experiências novas e também demandavam isolamento social. Temos registros históricos de adoecimentos coletivos no passado – no séc. VI, a Praga de Justiniano, no séc. XIV na Peste Negra, ambas na Europa e mais recentemente, a Gripe Espanhola, no início do séc. XX – esta caracterizada como pandemia, pois houve expansão multicontinental, em função de intenso comércio internacional e da Primeira grande Guerra (CHALHOUB, 2017). O adoecimento coletivo, sem vacina ou tratamento disponível e de amplo contágio, do porte da COVID 19 é a primeira experiência deste tipo no século XXI, mas pesquisadores da epidemiologia e das ciências da natureza indicam as muitas possibilidades de novos eventos deste tipo. Assim, estamos diante de um fenômeno sanitário complexo, que envolve letalidade e que chega às periferias do capitalismo, tornando-se ainda mais grave diante das populações mais pobres, que já sofriam com surtos evitáveis como a dengue, zika, sarampo, tuberculose.

⁸ A chamada questão social se concretiza no cotidiano da vida social por meio de elementos decorrentes de uma sociedade complexa e desigual, característica do capitalismo monopolista maduro. Falamos, por exemplo, da fome, da penúria, do desemprego, da desinformação, do acesso precário às políticas sociais. A questão é trazida à tona e passa a ser demandatória de ação política do Estado, a partir da luta dos trabalhadores (NETTO, 2001).

Os problemas são diversos diante da suspensão emergencial, não planejada das aulas e do isolamento social compulsório. Estamos em uma pandemia, administrados por governos negacionistas e descomprometidos com a proteção social, em que a vida do jovem é vista de forma mais valiosa do que a do idoso, onde o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é mais importante do que um Cadastro de Pessoa Física (CPF), onde o uso de máscara é desqualificado e onde medicamentos são recomendados sem qualquer embasamento científico. Assim, trabalhadores seguem expostos ao vírus cotidianamente. Sob esta lógica nefasta, também, os estudantes podem aprender sozinhos, de qualquer lugar, remotamente, pois a vida não pode parar. A naturalização do ensino remoto emergencial e a exposição diária ao vírus estão em curso.

Neste sentido, na presente reflexão é preciso falar do chamado ensino remoto emergencial (ERE), mas nossa meta não é pensar em protocolos sobre a suspensão ou a volta às aulas⁹, mas refletir sobre esses processos, entendendo que a pandemia, o isolamento e o ensino mediado pela tecnologia, são excepcionalidades. A regra deve ser o direito à educação pública de qualidade, presencial e em condições sanitárias adequadas, para além da pandemia.

Por isso, é preciso destacar a realidade de significativos segmentos de alunos que vivem – mesmo antes do isolamento – um cotidiano permeado por desigualdade, racismo, pobreza, falta de condições para frequentar aulas, adoecimento e falta de acesso a direitos básicos. Como dissemos anteriormente, a pandemia potencializa esse processo de destituição. Como sinaliza a Revista Colemarx (2020) em reflexão específica sobre a educação no isolamento social, o foco das preocupações governamentais não tem sido a falta de acesso à aprendizagem ou a preocupação com a desigualdade na vida dos estudantes. Ao contrário disso, existem interesses corporativos em relação a inúmeros pacotes pedagógicos digitais vendáveis, muitos deles internacionais, que estão sendo colocados acima dos estudantes e apontados

⁹ Até porque entendemos que não reunimos condições sanitárias adequadas a esse retorno.

como “a saída” para a escolarização no atual momento. A insistência de gestões municipal/estadual e federal para a realização de aulas remotas emergenciais em todos os níveis (e agora, na ascendente ideia de abertura presencial de escolas, apesar dos índices de contaminação permanecerem altos) nos faz questionar, novamente, os sentidos do “não podemos parar”, em voga no discurso dos governos. A afirmação de que a economia não pode parar, assim como as aulas sob qualquer circunstância, deixam de lado a vida, revelando que o lucro está acima das pessoas (CHOMSKY, 1999).

Não negamos a importância de atividades remotas formativas, que se abram ao diálogo com estudantes por meio de encontros criativos, artísticos, lúdicos, que propiciem trocas, aprendizados, apoio e escuta, uma vez que o tempo de isolamento deve ser longo e atravessado por dificuldades diversas. Entendemos que pensar a vida e a resistência à COVID19 são tarefas para a educação, devendo ser objeto da nossa ação. Portanto, esse aprendizado pode e deve dialogar com esse momento que vivemos por meio de atividades de pesquisa e de extensão que potencializem reflexões que nos subsidiem para pensar e enfrentar a realidade (SILVA, 2020). Por isso, entendemos a necessidade de mudar os ritmos, as normas, otimizar a comunicação, abandonar o produtivismo e parar de acreditar que será possível fazer o que fazíamos em sala de aula antes da pandemia, do mesmo jeito, remotamente. Estamos em um momento emergencial e o que será possível disponibilizar como aprendizado, será atravessado por essa condição. Neste sentido, é preciso reconhecer que, também na educação, existirão perdas que deverão ser enfrentadas com projetos futuros. Nosso empenho, neste momento, deve ser para que não percamos mais vidas.

Além disso, queremos destacar que têm sido pouco consideradas as profundamente desiguais condições sociais e econômicas dos estudantes, o que pode levar a um quadro de idealização dos modelos educacionais remotos propostos, a despeito da realidade. Neste sentido, a exclusiva responsabilização das famílias no desenvolvimento das atividades formativas e a romantização das atividades a distância, não podem ocorrer. Por isso, pensando na

complexidade do aprendizado, problematizaremos brevemente a realidade das famílias brasileiras, especialmente as mais pobres, no contexto da pandemia.

Quanto mais precarizadas as condições de vida, mais complexas podem ser as condições de aprendizagem. Acesso à água potável, energia, iluminação, arejamento são dimensões essenciais da moradia, da vida e direitos fundamentais não acessíveis a muitos brasileiros¹⁰(COLEMARX, 2020, p.16). Portanto, partindo desta ótica, não podemos pensar em educação remota descolada dos recursos materiais e condições de estudo e vida dos estudantes que acessam a rede pública de ensino. Como afirmado anteriormente, aprender sem suporte, em espaços precários (seja a escola ou a casa), em grandes dificuldades econômicas, com alimentação insuficiente ou de má qualidade, impacta no aprender. Por isso, uma grande questão relacionada ao aprendizado, diz respeito ao espaço em que este acontece.

Outro tema de relevância diz respeito à segurança alimentar, visto que o fechamento de refeitórios escolares e de restaurantes universitários impacta sobre a fome, já que esses espaços são também de proteção e de acesso à alimentação. Tal fato é agravado porque gestores não têm conseguido criar estratégias de transferência de renda para suprir essa lacuna da alimentação nos espaços de formação, gerando problemas nutricionais e mesmo de fome, especialmente para crianças e adolescentes, mas também na Educação Superior.

Outro ponto importante a ser ressaltado é a situação cotidiana das periferias, que se reflete diretamente na educação brasileira. De forma muito acertada a pesquisadora e representante da instituição da sociedade civil “Redes da Maré”, Shyrlei Rosendo, diz em live realizada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES, 2020) que “é preciso desnaturalizar o fato de escolas permanecerem fechadas durante um mês por causa de tiroteios, mas que “não podem parar” no período de pandemia”. Esse

¹⁰ Segundo Pesquisa Nacional Sobre Saneamento Básico realizada pelo IBGE (2019) demonstra que somente 53% da população brasileira têm acesso a serviços de esgotamento sanitário. Sobre o acesso à luz elétrica, norte e nordeste ainda apresentam territórios extensos sem acesso a esse serviço.

comentário revela a face violenta de um Estado que aciona políticas de extermínio, mas não consegue assegurar proteção social. Revela, ainda, o descaso público e a desproteção social de moradores que sofrem cotidianamente, seja pela violência urbana, seja pela violência social.

E o que dizer de crianças e adolescentes que demandam processos de aprendizagem com mediação? O isolamento social tem impacto imenso para elas e suas famílias, em especial em uma realidade educacional em que, tradicionalmente, já era limitadíssimo o acesso às redes de apoio psicossocial e de suporte à aprendizagem. O isolamento social traz novas demandas às famílias, que precisam se reorganizar para acompanhar seus filhos deficientes, sem qualquer apoio para tanto, o que pode significar retrocesso nos percursos formativos destas crianças e adolescentes. Essas serão possíveis perdas que precisarão ser acompanhadas, analisadas e cuidadas, posteriormente. Neste sentido, será preciso pensar e problematizar a permanência, evasão, currículo, atividades complementares e avaliação como tarefas fundamentais no pós-pandemia.

Decerto, para além deste grupo, será preciso pensar e acompanhar processos de evasão durante e após a pandemia¹¹, bem como será necessário estimular o acesso e a permanência de crianças e adolescentes ao longo deste percurso, considerando as preocupantes falas estudantis que têm sido ouvidas por docentes de diversos níveis – como nossa experiência profissional tem revelado: estou sem vontade de estudar, não tenho como acompanhar, o formato remoto dificulta o entendimento, vou deixar a escola/universidade, tem sido muito difícil aprender. Em se tratando de crianças e adolescentes, esse quadro pode ser ainda mais grave, impactando na importante distorção idade série (especialmente no final do Ensino Fundamental) que já marcava percursos estudantis no Brasil (UNICEF, 2020).

¹¹ Em relatório referente ao ano de 2020, o UNICEF nos diz que 5,5 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos ficaram fora da escola. O custo social desta situação ainda é uma incógnita. Este mesmo estudo revela de 1,38 milhões de alunos, nesta mesma faixa etária, deixaram as escolas (UNICEF, 2020).

Precisamos, ainda, tratar do trabalho docente. A exigência e exposição do professor – cuja categoria é composta majoritariamente por mulheres, mães, chefes de família, historicamente desafiadas por múltiplas jornadas de trabalho – têm significado, além da sobrecarga de tarefas com a casa e família na pandemia, a necessidade de lidar com a tecnologia para a realização de vídeos, *lives*, gravações, edições, *etc*, sem que tenha havido tempo (e condições materiais) para este aprendizado. Diante disso, sem o debate coletivo, sem a participação de estudantes e professores e famílias para traçar estratégias educativas, torna-se ainda mais difícil a situação dos profissionais da educação, que sujeitos a cortes salariais, condições precárias e demissões, vivem a angústia de terem “suas vidas correndo o risco de serem ceifadas, seja pela pandemia ou pela fome” (REVISTA COLEMARX, 2020, p.19).

Complementando nossa reflexão, lembramos da nota Técnica do MPT 11/2020 (Ministério Público do Trabalho) sobre os direitos do trabalho docente no contexto do isolamento social. O documento disserta sobre a importância do isolamento, do respeito aos direitos trabalhistas – inclusive de carga horária – autorais e de imagem. A normativa destaca, ainda, liberdade de cátedra e a (importantíssima) responsabilidade do empregador no provimento de condições materiais para o trabalho remoto. O documento se posiciona pela regulação complementar desta modalidade por meio de negociações coletivas, pela observação de parâmetros de ergonomia física e de condições de trabalho, proteção de docentes e discentes com deficiência, adequação dos tempos de atividades remotas, visando evitar desgaste psicossomático decorrente deste processo, sem prejuízo da remuneração e da garantia de intervalos de repouso e alimentação. Trata-se de importante parecer legal, com poder de orientação para este contexto, que deve subsidiar nossos estudos e lutas.

Outro tema fundamental a ser pensado, diz respeito ao acesso à rede de internet, programas e equipamentos, tanto para estudantes quanto para os docentes. A maior parte dos alunos da rede pública acessam a internet por meio de aparelhos celulares com limitação de dados móveis, o que não assegura conexão adequada com as plataformas EaD (CETIC, 2020). São 70% os

brasileiros que acessaram a internet nos últimos 03 meses (CETIC, 2020). Destes, 80% o fazem por celulares, com conexões pré-pagas, em casas com poucos equipamentos, o que implica em partilha de celular ou computador para trabalho e estudos, por meio de escassos pacotes de dados.

Na educação superior não é diferente. Dados do FONAPRACE (2018) sobre estudantes da rede federal nos revelam que 70,2% do total têm renda *per capita* familiar de até 1,5 salários mínimos. São mulheres (54,6%), oriundas da escola pública (do total de estudantes 64,7% vieram da rede pública de educação). Do total 52,1% se declaram pardos, negros e indígenas. Além disso, 29,9% trabalham e 40% estão em busca de trabalho. Como está sendo o acesso destes estudantes às aulas remotas neste país continental, diverso e adverso, onde em muitos lugares, não há sequer internet? Como a falta de acesso a bibliotecas e restaurantes universitários tem repercutido junto aos discentes? Nossa experiência profissional e convivência no espaço universitário tem revelado que a insegurança alimentar, a falta de acesso a leituras fundamentais por fragilidade de recursos materiais, estão presentes também na Educação Superior.

Como exemplo, lembramos que no Sudeste, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), localizada em território urbano, antiga capital da república, instituição pioneira na política de cotas, em levantamento sobre acesso remoto junto aos seus discentes, só obteve resposta de 30% de seu corpo estudantil¹². Já a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) adiou o semestre por problemas no acesso à tecnologia por parte dos discentes e decidiu por um semestre excepcional, que pode ser cursado agora ou não¹³.

Não por acaso, recursos da Assistência Estudantil (política fundamental especialmente neste momento pandêmico em que a permanência está sob choque, diante das condições de vida que aqui vêm sendo comentadas) tem

¹² Respondentes à pesquisa sobre acesso à internet representam 30% dos estudantes da universidade. <https://www.uerj.br/noticia/levantamento-de-inclusao-digital-dosestudantes-da-uerj-divulga-primeiras-conclusoes/>

¹³ UFRJ propõe semestre letivo excepcional: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/acervo/educacao/audio/2020-08/ufrj-adia-para-24-de-agosto-inicio-das-aulas-remotas-do-periodo-letivo/>

sido direcionada para ações que possibilitem a permanência na condição remota.

A escola pública, no momento prudentemente fechada (mas em processo de abertura), por sua vez, é uma instituição fundamental na atenção à infância e adolescência. Este equipamento tem sido espaço de acolhimento e de retaguarda das famílias, bem como de articulação de serviços públicos com quem dialoga (assistência social e saúde, por exemplo), de percepção e acompanhamento de demandas do desenvolvimento de seus estudantes. Arriscamos dizer que as escolas são as instituições sociais de maior visibilidade na sociedade contemporânea. Os impactos de seu fechamento pelos riscos ali contidos pela grande circulação de pessoas são inegáveis.

No entanto, é preciso reconhecer que o cerramento de suas portas impacta sobremaneira nas famílias, nas crianças e nos adolescentes, especialmente, os mais pobres. Seu papel na pandemia deve ser o de atenção, escuta e de aproximação dos estudantes e famílias, de articulação da rede de serviços nos territórios, de oferta de alimentação pela via da Transferência de Renda, sem focar, preferencialmente, em prazos, metas, sistemas de avaliação, concursos e vestibulares. A escola pode ser espaço público de cuidado, de reinvenção e de valorização da vida e deve ser valorizada agora e no pós-pandemia. Respeitar, valorizar e cuidar da escola e da sua comunidade escolar são tarefas fundamentais.

A universidade pública, por sua vez, muito tem contribuído no enfrentamento da pandemia e é grande aliada na efetivação de pesquisas e na atenção em saúde. Nela estão os centros de pesquisa que barateiam respiradores e outros equipamentos¹⁴, os hospitais universitários, os serviços de psicologia gratuita que atendem remotamente, além de muitos laboratórios de testagem da COVID19. Aliado a isso, o número de atividades de extensão e de prestação de serviços têm crescido de forma importante em quantidade e

¹⁴ A reportagem do Jornal on-line, Brasil de fato, esclarece a importância das universidades públicas no processo de produção e barateamento de equipamentos e produtos essenciais durante a pandemia (MIRANDA, BRASIL DE FATO, 2020)

qualidade¹⁵. Em outras palavras, a universidade pública está viva e funcionando, como atestam diversos sujeitos e projetos envolvidos neste processo (MARQUES, 2020). A universidade pública assim como a escola, demandam revalorização de sua relevância social e de sua visibilidade, o que deve ser construído agora e no pós-pandemia.

3. Brevíssimas conclusões para questões inconclusas

Instituições formadoras são, historicamente, espaços presenciais. No entanto, não negamos a importância dos suportes tecnológicos e tão pouco da realização de atividades remotas, em situações complementares e especiais. É preciso frisar, porém, o caráter presencial, coletivo, fundamentado em trocas e diálogos presenciais que caracterizam a experiência de educar.

Neste sentido, ao vislumbrarmos o atual cenário, entendemos que a proposta de realização de atividades de aprendizagem, exclusivamente remotas, não é exequível com qualidade para nenhum estudante, mesmo aquele provido de condições materiais para tanto, uma vez que aprender é um processo coletivo, complexo, com debate, manifestação de dúvidas, indagação e interação de ordem presencial. Acreditamos neste princípio e queremos frisá-lo, pois desejamos voltar ao trabalho em breve, vacinados e em condições sanitárias adequadas.

O isolamento tem demonstrado a importância social e econômica de escolas, creches e universidades, não somente para seus estudantes, mas para as famílias e comunidade. Que este possa ser um aspecto positivo a ser extraído deste processo de crise, marcado por tanta insegurança e sofrimento humano. As consequências da pandemia são ainda desconhecidas no campo da saúde e da vida social. O avanço da vacinação, o estímulo ao uso de máscara e as medidas de higiene apontam para a retomada da vida presencial. As lacunas sociais, pedagógicas e emocionais deixadas pela pandemia nos exigirão ações

¹⁵ Reitores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) falam de pesquisa e extensão no contexto da pandemia, em live realizada em 28/05/2020.

concretas e muito estudo. Por fim, é preciso dizer que nossas palavras de ordem devem ser, agora e mais adiante, em defesa da ciência, da educação e da saúde, nenhum estudante a menos, nenhuma vida a menos, nenhum direito a menos.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. Coleção Pandemia Capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

_____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **PNAD COVID19, 2020**. Disponível em <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>. Acesso em 13/08/2020.

CARDENAS, Julián. **Enredando a las elites empresariales em América Latina**. *In.*: Ediciones Universidad de Salamanca. Revista América Latina Hoy. N. 73, 2016, pag 15-44.

CETIC. TIC–Painel TIC 2019. **Pesquisa Web sobre o uso de internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus**. Disponível em Cetic.br - Pesquisa web sobre o uso da Internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus – Painel TIC COVID-19, acesso em 25/04/2021.

Consórcio de Imprensa. **Mapa da vacinação contra a COVID19 no Brasil**. Disponível em Mapa da vacinação contra Covid-19 no Brasil | Vacina | G1 (globo.com), acesso em 23/06/2021.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: CIA das Letras, 2017. CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1999.

COLEMARX. **Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social: porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas**. Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação, UFRJ, 2020, pp. 1-26.

DUNKER, Christian. Canal You Tube Christian Dunker. **A Arte da pandemia para principiantes**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=beyJQvruzH82020>, acesso em 01/08/2020.

ELETRORBRAS. Programa Nacional Luz Para Todos. Resultados e metas. Disponível em Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (eletrobras.com), acesso em 14/10/2020.

FARAGE, Eblin. Live no Canal CEAD UnB. **A condição e os desafios da educação brasileira em contexto de pandemia e crise do capital.** Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6nbvc04MPiY>, acesso em 21/08/2020.

FIOCRUZ. Coronavírus. **Brasil mostra que é projetado para matar pobre em pandemia.** Disponível em <http://www.ensp.fiocruz.br/portalemsp/informe/site/materia/detalhe/48898>. Acesso em 14/05/2020.

FONAPRACE. V **Pesquisa do perfil Socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) dos IFES, 2018.** Disponível em <http://www.fonaprace.a.difes.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/V-Pesquisa-do-PerfilSocioecono%CC%82mico-dos-Estudantes-deGraduac%CC%A7a%CC%83o-das-U.pdf> . Acesso em 03/04/2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Live no Canal MEP SINASEF. **Em tempos de pandemia, a quem serve a ciência ?** Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=_tD0XC-fJQ4. Acesso em 02/08/2020.

MIRANDA, Eduardo. Universidades do RJ se unem para produzir respiradores, máscaras e álcool 70%. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, p. 1, 06 abr. 2020. Disponível em: . Acesso em: 25 de abril de 2022.

LEHER, Roberto. **Compreender o que fazem os setores dominantes quando dominam para construir alternativas para a educação pública, laica e unitária.** In: LAMOSA, Rodrigo (org) Classe dominante e educação em tempos de pandemia. Uma tragédia anunciada. Editora Terra sem Amos, 2020.

HARVEY, David. **Política anticapitalista em tempo de coronavírus.** In.: AGAMBEM, Giorgio et all. Sopa de Wuhan. Pensamento Contemporâneo em Tempos de Pandemia. Ed. ASPO. Disponível em https://www3.unicentro.br/defil/2020/05/08/livro-sopa-dewuhan/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=livro-sopa-dewuhan, acesso em 11/04/2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico.** Disponível em Pesquisa Nacional de Saneamento Básico | IBGE, 2019, acesso em 14/02/2020.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda.** Rio de Janeiro, Cia das Letras, 2020.

MANIR, Monica. **Coronavírus pode ser ensaio para uma nova grande pandemia, diz médico e matemático da USP.** Entrevista à BBC News Brasil. São Paulo, maio 2020. Disponível em Coronavírus pode ser só 'ensaio' de

uma próxima grande pandemia, diz médico e matemático da USP - BBC News Brasil, acesso em 20/08/2020

MIRANDA, Eduardo. Universidades do RJ se unem para produzir respiradores, máscaras e álcool 70%. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, p. 1, 06 abr. 2020. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/u/0/#search/marcia.a.couto%40bol.com.br?projector=1>>. Acesso em: 25 de abril de 2022

MPT. Ministério Público do Trabalho. **Nota técnica 11/2020**. Disponível em <http://abet-trabalho.org.br/nota-tecnica-mpt-gt-covid-19-protexao-asaude-dos-professores-durante-a-pandemia/>. Acesso em 10/07/2020

MARQUES, Georgina Eurides de Carvalho. **A extensão universitária no cenário da atual pandemia de COVID19**. In.: Revista Práticas em Extensão. V. 04, n.1, 42-43, 2020. disponível em <http://ppg.revistas.uema.br/index.php/praticasemextesao/index>. Acesso em 20/08/2020

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

OPAS, Brasil. **Folha Informativa sobre a COVID19**. Disponível em https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875 acesso em 20/08/2020

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. In: Revista Artes e Ensaio. Rio de Janeiro: UFRJ, n2, 2016.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. Temporalis, Brasília, n. 3, 2001. 2001.

ROSENDO, Shyrlei. *Live* no ANDES, 2020. **As periferias e a políticas públicas diante da pandemia**. Disponível em (3537) As Periferias e as Políticas Públicas Diante da Pandemia - YouTube, acesso em 15/04/2020

SILVA, Abraão Ramos da. **Oportunidades de extensão universitária em tempos de pandemia**. In.: Revista Práticas em Extensão. V. 04, n.1, 42-43, 2020. Disponível em <http://ppg.revistas.uema.br/index.php/praticasemextesao/index>. Acesso em 20/08/2020

UNICEF Brasil. Educação em tempos de pandemia. Direitos, normatização e controle social. Um Guia para Conselhos Municipais de Educação. 2020. Disponível em [file \(unicef.org\)](http://file.unicef.org), acesso em 02/02/2021

ZIZEK, Slavoj. **Pandemia, COVID19 e a reinvenção do comunismo**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ZORDAN, Paola e ALMEIDA, Verônica Domingues. Parar pandêmico: educação e vida. In: Revista Práxis Educativa. Paraná: UEPG, vol 15, ano 2020, p. 1-18